

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.480 - BA (2019/0292276-4)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : ALBERTINO JESUS DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por ALBERTINO JESUS DOS SANTOS em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, assim ementado:

HABEAS CORPUS. artigos 33 e 35 da Lei 11.343/06 (tráfico ilícito de drogas e associação para o tráfico) e art. 2º, § 2º e 4º, inciso I, da Lei 12.850/13 (ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA).

Do exame dos documentos que instruem os autos, sobretudo do relatório confeccionado pela autoridade policial, verifica-se que o paciente foi apontado como membro de facção criminosa local (BDM).

Segundo o apurado, no dia 29 de agosto de 2018, policiais militares civis empreenderam diligências, após receberem informações da prática delituosa, tendo encontrado o flagranteado e apreendido 214 trouxinhas da droga conhecida por maconha, com o peso total de 450g e 03 (três) barras de maconha com peso total de 2,515kg.

Diante desse contexto, em que o paciente é apontado como integrante de organização criminosa voltada para o comércio ilícito de drogas, imperiosa a necessidade da manutenção da segregação cautelar, para garantia da ordem pública.

O delito de narcotráfico prevê a pena máxima superior a quatro anos de reclusão, de modo que cabível a decretação da preventiva com base no artigo 313 - I, do CPP.

O âmbito estreito do *habeas corpus* não comporta aprofundado exame da prova, como esboçado na inicial, inviabilizando que se aquilate acerca de tese de negativa de autoria.

Ainda, afastada a possibilidade de aplicação de alguma das medidas cautelares introduzidas pela Lei nº 12.403/11, diante de sua notória insuficiência e inadequação para o delito de que tratam os autos.

Predicados pessoais favoráveis não constituem obstáculo à manutenção da custódia prévia, nem atenta esta contra o princípio constitucional da presunção de inocência.

Assim, não resta outra alternativa a não ser a denegação da ordem, uma vez que o paciente não sofre constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção.

Ausência de constrangimento ilegal.

ORDEM DENEGADA.

O recorrente foi preso em flagrante, custódia convertida em preventiva, pela prática do crime de tráfico ilícito de entorpecentes, apreendidas 214

Superior Tribunal de Justiça

trouxinhas da droga conhecida por maconha, com o peso total de 450g e 03 (três) barras de maconha com peso total de 2,515kg.

Neste recurso, a defesa sustenta a inidoneidade do decreto prisional, ante a ausência dos requisitos do art. 312 do CPP, razão pela qual pugna pela revogação da prisão preventiva.

Na origem, nos autos do processo n. 0001075-75.2018.8.05.0213, foi proferida sentença absolutória em 18/9/2019 (fls. 189/190), consoante informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 2/10/2019.

Sendo assim, é evidente a superveniente perda de objeto do presente recurso, ante a absolvição.

Ante o exposto, julgo prejudicado o recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

Ministro NEFI CORDEIRO
Relator